

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO:

A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 23.080.111/0001-50, sediada em Av. Engenheiro Humberto Monte, nº 2929, Sala 405 AS, Bairro Pici, CEP 60.440-593, Fortaleza/Ce, doravante denominado RECORRENTE, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem interpor tempestivamente, suas CONTRA RAZÕES ao Recurso Administrativo impetrado pela Licitante S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.350.057/0001-71, no que concerne ao resultado relativo ao processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, que declarou a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA com vencedora, o qual será dirigido à autoridade superior por intermédio de quem praticou o ato recorrido, para que mantenha sua decisão, com base nas razões de fato e de direito, que passa a aduzir, para ao final requere:

1.0 - TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente cumpre destacar que a RECORRENTE foi notificada do Recurso Administrativo impetrado pela licitante RECORRIDA S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, no dia 06/03/2023 (segunda-feira), o prazo para a apresentação dos memoriais de conta razões começou a fluir em 04/02/2023 (terça-feira), primeiro dia útil posterior à interposição das manifestações recursais. Em sendo de 03 (três) dias úteis o prazo para a apresentação dos memoriais de contra razões, cabe a recorrente praticar o presente ato até a data de 09/03/2023 (quinta-feira), conforme registrado na Ata do presente pregão, e em assim fazendo restar presente o pressuposto objetivo da tempestividade.

2.0 - SINOPSE FÁTICA:

A RECORRENTE participou do processo licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, por intermédio de Se. nobre Pregoeiro, tendo apresentado sua proposta de preços e documentos de habilitação de acordo com o Edital e seus Anexos, motivo pelo qual foi declarada vencedora do certame, conforme ata do pregão:

Entretanto, para a supressa da RECORRENTE, a mesma foi notificada em 06/03/2023, da impetração do Recurso Administrativo interposto pela licitante RECORRIDA "S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA", contra o justo resultado proferido pelo Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Oficial do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

3.0 - DA SOLICITAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO:

A RECORRIDA Irresignada com a aceitação da proposta e habilitação da RECORRENTE, insurge com alegações, de forma frágil e infundadas, quanto ao suposto descumprimento de itens do edital, no entanto tais alegações não merecem prosperar, tendo em vista que a intenção de Recurso formulada pela Recorrida não justificou com clareza quais os Itens da Proposta de Preços ou quais documentos a RECORRENTE teria deixado de cotar e ou apresentar, focando a intenção de Recursos da Recorrida apenas de forma genérica sem sustentação.

Cabe salientar que os motivos do recurso, bem como as razões apresentadas pela RECORRIDA, apenas demonstram uma conduta puramente protelatória de licitante vencida que não visa a preservar a legalidade, a isonomia do certame e a melhor proposta, mas apenas reverter em seu favor a adjudicação do objeto, sem sustentar-se em qualquer regra do ato convocatório, como será demonstrado a seguir.

A licitante RECORRIDA "S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA", alega em síntese em seu Recurso Administrativo ao presente Pregão Eletrônico, com base nas considerações a seguir
Alega a empresa Recorrida que;

4.0 - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRA RAZÕES:

4.1- DAS ALEGATIVAS:

4.1.1 - DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL:

Vejamos o que revela o edital acerca dos critérios estabelecidos para comprovação de Habilitação Qualificação Técnica

8.14 Relativos à Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.14.2 Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito à execução de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital.

8.14.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

8.14.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.14.5 Para os fins da cláusula acima, poderá, a licitante, apresentar cópias de contratos de prestação de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital, acompanhados dos seguintes demonstrativos: a-) cópia dos contratos; b-) cópias dos respectivos termos de aditamentos, sem solução de continuidade; e c-) em se tratando de contratos celebrados com a Administração Pública, extratos de publicação do Diário Oficial do respectivo ente federativo; ou, em se tratando de contratos celebrados com empresas privadas, cópias de Fatura de prestação de serviços emitida nos 12 (doze) meses anteriores à data prevista para apresentação da proposta

8.14.8 O LICITANTE DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.(DESTACAMOS).

Pois bem, a empresa recorrida para haver sua habilitação técnica APRESENTOU APENAS 1 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO PELA EMPRESA KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO LTDA

Entretanto, referido documento apresenta inconsistências que denotam falsidade documental nos seguintes termos.

Vejamos o que está declarado no atestado apresentado

"Atestamos para os devidos fins e para quem interessar possa que a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ, sob o n.º 23.080.111/0001-50, empresa de prestação de serviços com sede à Rua Jornalista Antônio Pontes Tavares, nº 1195, Bairro Barroso, CEP 60.864-590, Fortaleza/Ce, executou para nossa empresa no período de 01.03.2016 a 30.10.2019, os serviços de locação de mão de obras temporárias para apoio os eventos realizados por esta empresa, com os quantitativos abaixo especificados"

1º Inconsistência:

A empresa A3 Locação de mão de obra, na data da emissão do atestado, ou seja, em 18 de novembro de 2019, tinha como razão social o seguinte nome empresarial "LUTERO LOCAÇÃO DE MÃO DER OBRAS E SERVIÇOS"EIRELE, conforme o 3º alteração ao Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará

Como poderia então constar a razão social A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, registradasomente em 23/06/2022 (4ª alteração social) em um documento "firmado em 2019" ???????

2º Inconsistência

O contrato de prestação de serviços apresentado para LEGITIMAR O ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APRESENTADO CONSTA COMO DATA DE ASSINATURA 01 DE MARÇO DE 2016.

Entretanto, em 2016 a razão social da recorrida era MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, portando, está mais que cristalino que o documento apresentado NÃO FOI FIRMADO NA DATA QUE CONSTA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3ª Inconsistência

Em 2016 o representante legal da recorrida era a Sr. CHELYDA BRENDA DA SILVA LOPES

Somente em 21/06/2022 é que o Sr. Andersom da Silva Martins ingressou na sociedade empresarial da recorrida.

Como poderia então assinar contrato em 2016 como representante legal da recorrida????????

Cumprir informar que a recorrida já foi inabilitada em vários processo licitatórios públicos por não comprovar a legalidade e veracidade das informações postas no atestado de capacidade técnica "firmado"

Por oportuno, segue transcrição da diligência realizada pela Câmara Municipal de Ipatinga em 23/02/2019 que questionou a recorrida acerca das inconsistências verificadas no atestado de capacidade técnica e contrato de prestação "supostamente" firmados com a empresa Kook Fornecimento de Refeições

"Pregão Eletrônico nº 01/2023
Processo Licitatório nº 09/2023
UASG 926522

Objeto: "Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços de apoio administrativo comdedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na presidência, gabinetes e no Centro de Atenção ao Cidadão (CAC) da Câmara Municipal de Ipatinga, conforme especificações constantes no Edital e anexos.

5.1 - DAS CONTRA RAZÕES - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Justifica a RECORRENTE, que as alegativas da RECORRIDA não possuem fundamentos nem sustentação legal, tendo em vista, que a Recorrente apresentou sua Proposta de Preços e seus Documentos de Habilitação conforme as exigências dos itens editalícios.

a) - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DO ATESTADO APRESENTADO:

A RECORRENTE em atenção ao item 8.14. - Qualificação Técnica do Edital, apresentou Atestado de capacidade técnica de postos de serviços de terceirização de mão de obra, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação., ou com o item pertinente, conforme itens Editalício abaixo:

88.14 Relativos à Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Conforme demonstrado acima, o atestado apresentado atende na íntegra ao edital, na medida em que refere se a serviços compatíveis com o objeto do edital, comprova a prestação de serviços de forma satisfatória, sendo o atestado referente aos serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e secundária da Recorrente especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, e foi expedido e assinado por representantes legais da empresa Contratante e ou por seu procurador ou preposto devidamente autorizado, após a conclusão do Contrato ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto os que foram firmados para ser executados em prazo inferior.

Justifica a RECORRENTE que embora o Contrato de prestação serviços firmado com a Contratante KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, tendo sido por prazo indeterminado os serviços foram executados pelo período continuado de 01.03.2016 a 30.10.2019, quando teve seu encerramento.

Defende se a RECORRENTE, dizendo que as alegativas da RECORRIDA, relatadas na 1º Inconsistência, 2º Inconsistência e 3º Inconsistência, não possuem fundamentos nem sustentação legal, tendo em vista, que o Contrato de Serviços firmado com a empresa KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, é do ano de 2016, quando a Razão social da empresa era MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI.

Defende se ainda, a RECORRENTE, dizendo que em data de 21/06/2022, o Sr. Andersom da Silva Martins, daiquiri a empresa quando promoveu algumas alterações sociais entre elas mudança de Razão Social, endereço entre outras, conforme demonstra o 5º Aditivo ao Contratos Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará e anexo a documentação de Habilitação.

Esclarece a RECORRENTE, que após as alterações sociais efetuadas na empresa, foi solicitado Contratante KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, que atualizasse os dados da empresa no Atestado de Capacidade Técnica, mantendo as mesmas datas de execução dos serviços e de emissão do Atestado.

Como podemos ver houve apenas uma ATUALIZAÇÃO dos dados da empresa no Atestado tendo em vista que o CNPJ sempre foi o mesmo, ou seja, CNPJ nº 23.080.111/0001-50.

Por fim Justifica a Recorrente que já firmou vários Contratos com a Administração Pública provenientes de processos licitatórios nos quais foram apreciados todos os documentos de habilitação da Recorrente e devida aprovados pelos Srs. Pregoeiros e suas equipes de apoio, cujos objetos são compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como, vem executando os serviços com excelência e dentro das exigências contratuais, conforme demonstramos pelos Contratos apresentados no bojo da documentação de Habilitação, o que corrobora para comprovação de sua CAPACIDADE TÉCNICA.

6.00 - DO JULGAMENTO OBJETIVO

Sobre o julgamento das propostas a Lei das Licitações é bem clara quando determina em seu art. 44 que o julgamento deverá levar em consideração critérios objetivos previamente definidos no edital ou convite, sem contrariar as normas e princípios estabelecidos em Lei. Essa determinação impede a utilização de qualquer critério subjetivo não definido no edital ou outro que contrarie a Lei e os Princípios atinentes à Administração Pública.

Assim obriga o referido diploma:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei."

A mesma Lei ainda estabelece em seu art. 45 que:

"Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com o tipo de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelo órgão de controle."

Portanto, como observado, devem ser sempre utilizados no julgamento das propostas critérios objetivos e pré-

definidos no Edital, de modo que os licitantes possam observá-los, fiscalizá-los e mais ainda, primar por sua aplicação.

Qualquer critério subjetivo que não esteja previsto no edital, por impossibilitar aos licitantes um controle sobre tais aspectos e, acima de tudo, porque tais critérios podem, na maioria das vezes, macular o Princípio da Igualdade que deve existir no julgamento das propostas, deve ser afastado por determinação da própria Lei das Licitações.

6. DO PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO EDITAL

Não resta dúvida de que as disposições editalícias devem ser seguidas tanto pelos licitantes quanto pela administração, de forma que os julgamentos e os esclarecimentos sejam sempre pautados dentro do que foi exigido pelo edital e seus anexos, afastando qualquer ato que vá de encontro às suas cláusulas e condições.

Constata-se no caso vertente que a proposta e os documentos de habilitação da empresa Recorrente cumpriu com todas as determinações do edital, utilizou os critérios ali definidos, as formulas ali exigidas e atendeu a todas as determinações das Convenções Coletivas, quando pertinentes, no que diz respeito à composição dos valores apresentados em sua planilha de preços.

Dessa forma estando a proposta de preços e os documentos de habilitação em total conformidade com o instrumento convocatório e seus anexos estes deve ser aceitos.

"Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Hely Lopes Meirelles, com a prudência e inteligência que lhe é peculiar, definiu de forma esclarecedora o Princípio em análise, não deixando dúvidas no que diz respeito à impossibilidade da Administração Pública se afastar das normas da licitação contidas no Edital por ela mesma elaboradas:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório de licitação, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (Grifos Nossos).

Também é bem claro ao esclarecer que a Administração não pode se afastar do modo e das condições que foram exigidos pelo Edital para elaboração das propostas e ofertas de preços, por ser tal exigência uma ofensa aos princípios licitatórios. Então vejamos:

"Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado." (Grifos Nossos).

7. DOS PEDIDOS:

ISTO POSTO,

vem a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, respeitosamente, requerer que Vossa Senhoria que:

I - Considerando que a RECORRENTE demonstrou minuciosamente através de fatos e documentos a viabilidade da suas "CONTRA RAZÕES". E, na certeza de que será feita à devida justiça, requer a vossa Sia., que se digne declarar a presente CONTRA-RAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa "S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA", PROCEDENTE mantendo e ratificando assim o resultado já proferido, enaltecendo-se e sobressaindo-se do julgamento os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da objetividade e vinculação ao instrumento convocatório

Nestes termos.

Pede e espera

Deferimento.

Fortaleza - Ce, , 09 de março de 2023.

Voltar **Fechar**